

ARTIGO

Os caminhos do movimento operário: do (res)urgimento dos movimentos grevistas à fundação da Central Única dos Trabalhadores*

Paulo Roberto de Almeida/UFU

Este artigo discute a emergência da Central Única dos Trabalhadores no início da década de 80 e o significado desta para o conjunto do movimento operário/sindical, a partir das várias concepções, práticas e experiências que se fizeram presentes nesse processo, marcado como um tempo de disputa e de tensões, povoado de inúmeras questões e dúvidas.

Essa discussão supõe algumas questões que a princípio nortearam a reflexão sobre um processo vivenciado pelo conjunto dos trabalhadores. A primeira delas dizia respeito ao próprio significado da unificação. O que representava tal proposição para os diversos agentes e como era revelada a questão da centralização?. Tratava-se de uma centralização dos movimentos ou para os movimentos? Se haviam significados diferenciados, como os agentes posicionavam-se diante da pluralidade? A partir de que práticas no meio sindical/operário eram formuladas? As concepções que nortearam a Central Única dos Trabalhadores, constituíam-se, de fato em elementos externos ao movimento, como presume parte da literatura sobre o período? Como as experiências grevistas do final dos anos 70 e início de 80 influenciaram na formulação desta proposta?

Durante anos acostumamo-nos com as bandeiras vermelhas agitadas, os broches, os cartazes, camisetas nas manifestações de rua, onde o símbolo da CUT aparecia como a esperança de milhares de trabalhadores e para muitos era sinônimo de luta e de resistência. Do mesmo modo, muito frequentemente assistimos às acusações de “radicalismos” e “intransigências”, chegando a alguns absurdos, como por ocasião da Greve da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, quando um Ministro de estado foi a televisão em rede nacional tentando imputar à CUT e ao PT, a culpa pelo assassinato de operários que ocupavam a siderúrgica, ou da farsa montada em torno do assassinato de bóias frias na cidade de Leme no interior de São Paulo. De um

lado ou de outro, pareceu haver sempre uma “mitificação” do significado da CUT e das ações desencadeadas por esta.

No momento em que a Central Única dos Trabalhadores comemora seus 15 anos de existência, muitas coisas mudaram. Desde a campanha avassaladora por eleições diretas para presidente, a experiência inédita de forjar uma Constituição que todos queriam democrática, o reconhecimento legal da central pós Constituição de 1988, a experiência vivida por toda uma geração de eleger diretamente o Presidente da República e o trauma de um “impeachment”, enfim mudanças que alimentaram expectativas, anseios, esperanças, resistências e frustrações. Não se pode negar que as lutas dos trabalhadores ganharam outras conotações, as bandeiras foram modificadas, o significado da organização mereceu outras compreensões, enfim a própria CUT modificou-se profundamente na sua estrutura e na sua dinâmica. As transformações são alvos de profundas polemicas, e não foram poucos os que decretaram o fim dos movimentos sociais, ou mesmo a irrelevância do tema.

Alguns anos depois, “revisitar” alguns temas parece tornar a tarefa mais difícil, especialmente num momento em que vivemos novamente os impasses de uma sociedade em que se agudizam as desigualdades sociais, a pobreza e a miséria, e os direitos sociais duramente conquistados são retirados por meio de “medidas provisórias” que tornam permanentes a exclusão social, trazendo o desencanto e por vezes o desespero. A única diferença é que a saída não parece próxima.

Durante muito tempo acreditei (e penso que não estava sozinho) que a unificação das lutas dos trabalhadores era a solução possível, e que esta passava necessariamente pela construção de organismos únicos, centralizados, homogêneos e por que não dizer hegemônicos. Em meio a este percurso é que percebemos as dificuldades de conviver com o único, sem nos questionarmos sobre os significados e os conteúdos desta unidade; sem avaliarmos os prejuízos do “rolo compressor da unidade a qualquer custo”.

A crença de que a classe operária era uma só, assim como devia ser o seu projeto, e que bastava a construção de um organismo central e “naturalmente” todos se agregariam, talvez tenha nos levado a consagrarmos “processos consolidados” em detrimento de propostas e alternativas. e no momento em que a dinâmica do país tomou novos rumos e passamos a conviver com uma mal disfarçada decepção diante de promessas não

realizadas, em que outras faces de um mesmo processo nos são reveladas, pareceu-me pertinente indagar sobre o significado do momento e revisitar as questões que tanto incomodaram não só os agentes diretos mas a sociedade como um todo.

A própria desconfiança do significado de conceitos consagrados na prática política como “única”, “centralização”, tem colocado problemas que precisam ser enfrentados, até como perspectiva de redimensionamento de nossa prática política, afinal a história tem ensinado dia a dia desconfiar de tudo que se pretende único, num universo de pluralidade e diversidade. Por outro lado, se esta é uma questão que há muito tem nos atribulado, o simples “esquecimento” de tudo que ‘aprendemos’ ou “escrevemos” não tem parecido a melhor solução, especialmente numa ocasião em que assistimos o retorno dos “velhos discursos” e “de velhas práticas políticas” agora “travestidas” de “novos conceitos” em nome da “modernidade” e da “globalização”. Assim tornaram-se corriqueiros os adjetivos desqualificadores como “neobobos”, “neocorporativismo”, e tantos quantos “neos” quisermos acrescentar, em nome de um presente e de um futuro que precisam anular o passado, ainda que este pareça muito recente, tornando-se para muitos ocasião de vergonha e objeto de desdém, quando poderia ser fonte de aprendizado e porque não dizer de inspiração.

Por outro lado, o simples fato de eleger um inimigo comum, chamemo-lo ditadura militar ou “neoliberalismo”, e imaginar que podemos colocar todos os que são contra, apenas porque assim se manifestam, de um mesmo lado, tem significado uma conveniência política que pouco tem contribuído para avançar as transformações que todos queremos ver construídas. Ao contrário, tais práticas fazem-se pela anulação das diferenças, da criatividade, e por vezes pelas guerras “fratricidas”, impedindo as manifestações contrárias e tolhendo alternativas em nome de uma “democracia” que confessamos incapazes de compreender.

Convivendo com os impasses, coloquei a possibilidade de compreender a Central Única dos Trabalhadores, como um movimento e não apenas na qualidade de mais uma “instituição” interpretada por alguns como um “fator de estabilidade” já que canaliza o “descontentamento” dando-lhe um “duto institucional”, mesmo com “seus exageros”. A idéia de movimento pareceu-me mais adequada porque refletia melhor um tempo de indefinições, de rupturas, e dilemas pelo qual passou o movimento operário/sindical.

A perspectiva de interpretá-la enquanto movimento sugere

não só a recusa dos vários agentes de depositarem os destinos das mobilizações e suas potencialidades nas mãos de um único aparelho centralizador, mas permite visualizar também a união, a articulação, a centralização como processos continuamente desfeitos e retomados à luz de embates concreto, onde os esforços estariam voltados para saber ouvir, recolher, sistematizar as manifestações dos trabalhadores, analisar as condições em que se dão as lutas de classe, formular propostas de articulações das lutas por meios de objetivos e formas de organização e luta que levassem em conta as possibilidades desses movimentos.

Nesse processo, a recusa a programas e propostas dos modelos consagrados - tomada por muitos como fragmentação, sectarismo, basismo - pode se percebida como inciativas e esperanças advindas da própria mobilização dos trabalhadores. Assim foi de fundamental importância tentar perceber como os vários agentes, nas suas várias tendências compunham suas avaliações e propostas ao mesmo tempo que refaziam posições adotadas.

Não posso deixar de dizer que a minha convicção é de que o compromisso do historiador - no ensino e na pesquisa - está pautado pelo compromisso com o seu tempo, com a realidade que o cerca, pelo seu engajamento e pela consideração que dedica aos temas, e porque não pela posição política que adota diante da realidade. Assim a importância da pesquisa vai se revelando à medida da sua construção, quando se tem oportunidade de discutir com outros agentes, nos grupos de amigos, nas reuniões científicas, na sala de aula, porque as questões se ampliam, modifica-se a problemática, enfim o que inicialmente parecia questão individual vai ganhando aos poucos contornos de preocupações coletivas.

Por outro lado, também exige um contato mais estreito e uma discussão mais aprofundada com a bibliografia, especialmente quando os temas propostos pela documentação pareciam não "refletir" o conhecimento produzido, seja pela ausência total e completa, seja pela super valorização de questões pouco discutidas pelo próprio movimento.

Marilena Chauí¹ chamou atenção para a crise vivida pela esquerda brasileira nos anos 60 e 70,- e que perdura até hoje - especialmente no que se refere ao modelo de análise da sociedade e da política brasileira e cita o espanto causado tanto no seio da esquerda como dos intelectuais pela "explosão" dos movimentos sociais no final da década, quando as atenções voltaram-se para

o movimento grevista no ABC Paulista, onde pareceria haver um “milagre” com a irrupção de greves que “ninguém tinha ido lá organizar”.

A perspectiva polêmica levantada pela autora torna-se instigante na medida em que obriga à reflexão de nossos supostos teóricos metodológicos que vão tornando-se cristalizados ao longo de nossa própria formação, mas também porque suscita indagações sobre a prática política cotidiana uma vez que os conceitos quase que corriqueiros tornam-se mais problemas do que explicações. Assim muitas das questões levantadas sobre o caráter dos movimentos sociais e suas potencialidades, incluído aí o movimento operário/sindical, permanecem e a cada pesquisa uma nova face parece nos ser revelada.

Desde a eclosão do movimento grevista no final da década de 70 e início de 80 inúmeros trabalhos foram produzidos para tentar explicar uma “nova configuração” do movimento operário/sindical. Em geral, tomou-se o sindicalismo de São Bernardo do Campo e Diadema no ABC Paulista, como referência para estes estudos, não só porque emergia um forte movimento reivindicatório, como percebia-se uma “nova” forma de atuação dentro da estrutura sindical, que passou a denominar-se “novo sindicalismo”.

Não é intenção fazer um balanço dos trabalhos produzidos sobre o período e o tema, mas apontar algumas questões e proposições levantadas pelos diversos autores que contribuíram e contribuem para a reflexão.

Maria Célia Paoli² no seu balanço sobre a discussão brasileira sobre os movimentos sociais, assinala que uma das primeiras questões reconhecidas pelos diversos pesquisadores foi a possibilidade de perceber a auto organização coletiva fundada em uma identidade elaborada das opressões específicas. Nesse sentido o que veio a tona foi o caráter de práticas coletivas que partiam de novas relações com instituições de representação, seja com os sindicatos, com o governo e até mesmo com a herança de tradição nomeada populista.

No caso das lutas operárias as análises consagravam os trabalhadores enquanto sujeitos que se moviam politicamente a partir de suas próprias experiências de trabalho, de suas experiências no e com os sindicatos e de novas práticas políticas, reinventando com isso espaços de participação, organizando-se em outros espaços suas lutas em direção a sua autonomia. Essas lutas representavam na prática instrumentos de democratização e negociação da própria condição trabalhadora.

Se o movimento trouxe uma nova dinâmica no seu interior, esta por sua vez influenciou e representou a elaboração de novas concepções sobre os direitos dos trabalhadores, sobre as práticas e a representação sindicais, recolocando dessa forma questões sobre o significado da democracia e do conteúdo desta para a classe trabalhadora.

De acordo com a autora em questão, os pesquisadores e intelectuais procuraram retratar esta trajetória e foram ativos enunciadores de seu significado público e amplamente político, ainda que com versões conflitantes sobre estes mesmos significados.

Maria Herminia T. de Almeida³ no seu trabalho sobre o “novo sindicalismo”, depois de uma análise da estrutura produtiva e da legislação sindical calcada na CLT, chegou a conclusão de que as transformações ocorridas na base da produção não foram acompanhadas por mudanças na estrutura sindical, daí a crise do sindicalismo.

As novas demandas do setor moderno ligado à indústria automobilística trazia a tona uma nova corrente sindical, voltada para os interesses específicos destas categorias, cuja orientação primava pela proximidade com o “sindicalismo norte americano”, com uma característica combativa, “apolítica”, solidamente implantado nas empresas e tecnicamente preparado para resolver as demandas de seus representados.

Isto foi possível, segundo a autora, porque o Estado Autoritário “estrangeou” o movimento sindical mas não fechou os sindicatos, o que permitiu que os conflitos entre desenvolvimento econômico acelerado, exclusão social e autoritarismo ganhassem expressão no mundo sindical. Aliava-se a isto um novo “perfil” da classe operária brasileira, associada principalmente aos setores modernos da produção, assalariados das classes médias e trabalhadores rurais.

Para a autora os principais resultados alcançados pelo novo sindicalismo e pelas suas práticas nas atividades grevistas teriam sido a abertura de espaço para negociação coletiva no interior de um sistema extremamente hostil (legislação sindical e relações trabalhistas em vigor), perda da eficácia dos instrumentos de controle autoritário sobre os assalariados (lei de greve e política salarial) e um fortalecimento das lideranças e dos sindicatos, além da inserção da questão social na agenda política da “transição democrática”.

Para Eduardo Noronha⁴ a flutuação do “conflito trabalhista”

seguiu de perto os passos da transição brasileira. Em primeiro lugar porque o movimento sindical conseguiu “avanços” em cada etapa do processo de “liberalização” do regime autoritário, e em segundo porque a incorporação da classe trabalhadora no processo de “transição” deu-se fundamentalmente através das possibilidades abertas para a expressão de suas demandas e não por meio de sua participação direta e efetiva nos pactos políticos que definiram a transição.

Nesse sentido, para o autor, as greves não foram o único canal de expressão e de manifestação desse segmento, mas “certamente a mais duradoura”, uma vez que expressavam de forma eficaz o descontentamento social e político. A sua interpretação vai no sentido do apontamento de que as demandas sociais superavam o cotidiano “restrito” do mundo do trabalho, representavam na prática a afirmação de uma classe trabalhadora “que já não aceitava uma cidadania limitada”.

Para Celso Frederico⁵ a manifestação grevista fora a primeira resposta coletiva aos longos anos de arrocho. Era fruto de uma resistência que vinha se processando durante toda a década de 70, no interior das fábricas. Nesse sentido a deflagração das greves, da maneira como aconteceu, a saber sem uma liderança, sem preparo, sem piquetes e sem uma ação coordenadora dos sindicatos constituía-se num fenômeno único da história social brasileira, onde os operários limitaram-se a cruzar os braços e permanecerem numa posição silenciosa de recusa e rebeldia.

Ricardo Antunes⁶, acrescenta outros elementos de análise, reafirmando contudo o caráter de espontaneidade do movimento e o seu aspecto limitado no que se refere à direção e seus horizontes. Assim a motivação não era outra senão a luta contra a superexploração do trabalho, sem a presença de uma direção consciente. Acresce-se a isso o fato de não se ter nítido e claro os múltiplos condicionantes do quadro político presente, não havendo em decorrência disto uma ação no sentido de se obter apoio político solidário de outras categorias de trabalhadores.

Buscando um outro viés de interpretação, José Álvaro Moisés⁷, procura minimizar uma “teórica força” do “setor Moderno” do operariado brasileiro e estabelece um novo conteúdo para as manifestações. A novidade estaria no fato dos próprios operários serem capazes de propor (até certo ponto) o problema concreto da democratização interna dos sindicatos e levarem adiante uma política que se destinava a autonomizá-los em relação ao

Estado, exercendo na prática o direito de greve que era expressamente proibido desde 1964.

Para o autor os trabalhadores articulavam pela primeira vez, depois de muitos anos, demandas sociais como demandas políticas, ingressando dessa forma no terreno da conquista de sua própria cidadania. Observava, entretanto, que apesar da combatividade, as suas debilidades internas eram ainda dependentes de uma estrutura sindical subordinada ao Estado.

Eder Sader⁸, na sua análise sobre o movimento grevista, chama atenção para o aprendizado realizado pelos trabalhadores e suas lideranças no seu próprio percurso. Assinala, por exemplo, as diferenças ocorridas entre os movimentos ocorridos em 1978 em relação aos de 1979, considerando a própria dinâmica da sociedade, o momento político, e o enferrujamento realizado em relação aos patrões e ao Estado, revelando uma “rebelião” presente na sociedade que aproveitava a “distensão política” para expressar-se. Por outro lado isto exigia constantemente “novas ações” daqueles que pretendiam “controlar” o processo político.

O viés buscado pelo autor, contribuiu sobremaneira para tentar recolocar em movimento as experiências, os anseios, os desejos, as expectativas, as frustrações dos sujeitos envolvidos, recolocou em discussão o lugar da política e das diferentes formas de organização, retirando-as dos estreitos limites da institucionalidade.

No que se refere a Central Única dos Trabalhadores, em geral os trabalhos remetem o seu surgimento e a sua trajetória ao surgimento do novo sindicalismo, e a forte influência do sindicalismo de São Bernardo na consolidação da proposta.

Iram Rodrigues⁹ apresenta a CUT como uma expressão de um movimento com fortes demandas democráticas que busca canais de participação e que na sua expressão política teria criado o Partido dos Trabalhadores. Salienta o papel desempenhado pela CUT, no sentido de ser expressão das principais demandas de um amplo contingente de assalariados organizados em todo o país e canalização da insatisfação de setores excluídos da vida política do país.

Maria Sílvia Portela de Castro¹⁰ analisa que por força da cultura sindical e pelo peso da legislação trabalhista o agrupamento sindical que criou a CUT teve que optar pela estratégia de transformação da estrutura sindical no interior da mesma, ao mesmo tempo que desenvolveu um forte movimentismo com traços políticos. Observa que foram rejeitados os velhos modelos da esquerda

brasileira - a saber a ocupação do aparelho sindical, utilizando-o como correia de transmissão como havia feito o PCB até os anos 60, e a criação de "sindicatos paralelos" que a esquerda revolucionária havia proposto no período de 1968 a 1973. Com uma atuação "pragmática", pautou sua atuação "por fora" e por "dentro" da estrutura, com a construção de estruturas horizontais mas incorporando os sindicatos "oficiais" construindo assim sua própria estrutura vertical sobre o velho sindicato corporativo.

A autora identifica ainda como sendo a mesma matriz social e política do agrupamento que fundou o PT e a CUT, mas que na última haveria uma maior presença num primeiro momento dos agrupamentos partidários de esquerda, que de início viam o PT com desconfiança e lhe atribuíam um "perfil" reformista e economicista.

Para a autora na sua primeira fase, que ela identifica como sendo de 1983 a 1986, não havia diferenças significativas entre o PT e a CUT, podendo se dizer que ambos foram "expressões organizadas" de um movimento de trabalhadores pela "busca de participação e espaços reivindicativos".

O autor Leoncio Martins Rodrigues¹¹, no seu trabalho sobre as tendências políticas na formação das centrais sindicais, explica a sua formação, primeiro a partir da persistência da estrutura sindical, e depois pelo "mapeamento" das várias propostas de organização a partir das várias "instituições, com especial atenção para o que chama de "esquerdização da Igreja e sua oposição ao governo militar e ao regime capitalista.

O autor aponta a grande rapidez com que se reorganizou o sindicalismo brasileiro, e a formação das centrais sindicais - segundo o autor elemento essencial para o exercício do poder sindical - como expressão dessa reorganização e do espaço que o sindicalismo passou a ocupar na vida política e econômica do país.

A sua avaliação, no entanto, vai no sentido de demonstrar que todo o trabalho organizatório efetuado, bem como a força do sindicalismo, foram e são prejudicados pelas rivalidades existentes no meio sindical. Esse fator teria sido agravado pela entrada na luta trabalhista, de segmentos tradicionalmente considerados de classe média, como os profissionais liberais, os professores e os funcionários públicos, que adentraram à luta sindical com grande agressividade, revelando-se ideológica e politicamente mais radicais do que muitos segmentos de trabalhadores industriais.

Nesse sentido o que ocorreu, foi que a reorganização do movimento sindical, especialmente os esforços em direção à formação de entidades nacionais, foram amplamente promovidos por correntes políticas-partidárias.

Para o autor, portanto, a reorganização do sindicalismo não saiu do interior do sindicalismo, já que no final dos anos 70 havia apenas uma facção de “sindicalistas puros”, composta pelas lideranças sindicais agrupadas em torno de Lula. Se de início essas lideranças repudiavam a atuação política, desconfiavam dos políticos e da Igreja, rapidamente no entanto, aproximaram-se da Igreja, dos políticos “populares” e das facções marxistas-leninistas para criar o PT e a CUT, completando assim a “partidarização do sindicalismo”.

Sem dúvida os trabalhos produzidos, e as suas interpretações, cada um a seu modo, influenciaram o debate sobre os rumos da sociedade brasileira, e continuam influenciando, na medida em que formam “opinião”, produzem “assessorias”, enfim fazem parte de uma disputa política, mesmo daqueles que se recusam “militantes”, mas que a meu ver, não se limitam a uma “produção intelectual ou acadêmica”, mesmo porque são socialmente produzidas.

Uma das questões que sempre chama atenção nas análises, é o apelo sempre constante à questão da “partidarização” das lideranças para explicar as “divisões”. O questionamento levou-me a pensar até que ponto há correspondência com a realidade, ou significou como diria Marilena Chaui, “O horror e o espanto” da ortodoxia da esquerda ao ver surgir propostas que cada vez mais distanciavam-se de seus modelos, recolocando, dessa forma, a questão da autonomia e da independência de classe. Ademais é sempre inspiradora a proposição de Cornelius Castoriadis¹² no seu questionamento sobre a idéia de dois campos de realidade separados, onde teríamos de um lado operários preocupados com suas reivindicações imediatas, com objetivos essencialmente sindicais e de outro os militantes políticos que se definem por uma ideologia coerente e por um programa máximo correspondente (o partido).

A explosão de movimentos grevistas por todo o país, num momento determinado, representou a ponta visível de um movimento que ultrapassava o estreito limite da questão sindical. Pode-se perceber aí, um sentido novo, de novas questões, ou mesmo de velhas questões colocadas sob um novo patamar; redimensionadas pelos próprios agentes, através de suas reivindicações, na sua criatividade, as novas formas de luta e

organização que abalavam as estruturas vigentes e revelavam na prática o questionamento e a busca de alternativas.

São significativos neste aspecto os inúmeros discursos sobre a classe trabalhadora e suas necessidades. Cada grupo à sua maneira empenhava-se em traduzir as demandas e as aspirações dos trabalhadores, o que permite visualizar a riqueza do processo.

Ao colocar-me a questão da organização, de não das imediato percebi que esta nasceu com as greves, há muito vinha sendo debatida por diversos grupos. Remeti-me a diversos documentos e jornais de época, produzidos pelas diversas tendências atuantes, para tentar perceber, como o problema vinha sendo tratado. Encontrei no material um debate intenso, que crescia à medida que os movimentos tornavam-se mais visíveis. Inicialmente colocado a partir da estrutura sindical e de uma conjuntura adversa, onde predominava o autoritarismo do regime militar, a preocupação voltava-se cada vez mais para a valorização da presença dos trabalhadores na mobilizações, e para a discussão de formas que pudessem superar os estreitos limites da legislação.

O acontecer das greves, englobando cada vez mais um maior número de trabalhadores de diversas categorias, revelava uma capacidade sempre crescente de reação e da emergência de novas propostas. É interessante notar como o aprendizado nas greves, no confronto com o patronato e a repressão, vale dizer a dinâmica da luta de classes, modificam as análises de conjuntura e a própria percepção da política. Nesse sentido é que tomei como referência, momentos onde esse processo acentuava-se.

Outro fator significativo, foi a constante busca para sair do isolamento, o que permitiu a realização de encontros, seminários, congressos, onde esboçava-se projetos de organização que tomassem como referência as ações coletivas. Emergem daí as tentativas das articulações nacionais. Estas carregavam no seu interior uma gama diferenciada de proposições, e quase sempre pautavam-se pelo confronto com outras propostas.

Por outro lado, a disputa pela hegemonia no movimento, a disputa política levava os diversos setores, a uma aposta sempre presente na unificação em torno de seus projetos políticos. A realização da Conclat, significou desse ponto de vista, muito mais um jogo de forças do que propriamente uma tentativa de unificação ou a busca de formas comuns de atuação. Buscava-se anular as diferenças e as diversidades.

A estratégia revelou-se inócua, para todos os setores. Os desdobramentos da conferência obrigaram a um reposicionamento de forças, a novas alianças políticas, o que na

prática causou um abismo profundo entre os diversos projetos políticos. Em meio as indefinições é fundada a CUT em 1983.

A trajetória da pesquisa, permitiu-me um questionamento mais direto com alguns trabalhos sobre o tema, em especial daqueles que creditaram a reorganização do movimento operário/sindical e a emergência das centrais sindicais à estruturas previamente estabelecidas ou interesses partidários, mesmo porque é sempre questionável essa perspectiva de que há sempre uma política feita de fora do movimento e alheia aos interesses dos trabalhadores. Nesse aspecto, a documentação pesquisada permitiu acompanhar os esforços de organização, as mudanças de posições, as constantes tentativas de ampliar o debate, os inúmeros encontros e congressos realizados, enfim uma participação pouco comum, que levou a duvidar da pura e simples imposição por parte de “tendências organizadas” desta ou daquela linha de conduta. Isso, contudo, não invalida a influencia do debate político travado no interior do movimento, ao contrário as grandes polemicas, os embates, são sempre salutares na medida em que representam um constante aprendizado para o exercício da democracia, tão cara ao movimento operário ao longo de sua história.

Ao centrar as análises nas estruturas ou nos elementos externos corre-se o risco de perder de vista os valores assumidos pelos diversos agentes, e no caso específico do movimento operário, isso representa imputar aos trabalhadores uma eterna incapacidade de discernimento, de definir padrões de comportamento, enfim de fazer opções. Por este aspecto o surgimento de um partido de trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores anunciavam de fato um processo de ruptura não só com os modelos consagradas de análise, que carregam consigo uma maneira de encarar a política e o lugar desta política, mas também com práticas e concepções presentes no próprio movimento operário/sindical. A profundidade desta ruptura bem como a sua compreensão, acredito que faz parte de um processo ainda em curso.

Por este aspecto se a retomada do movimento grevista e de inúmeras manifestações dos trabalhadores no final dos anos 70, pode ser considerada como um fato novo diante de uma conjuntura extremamente adversa, isto não pode ser creditado a esse ou aquele grupo, há no meio operário/ sindical uma gama de posturas e interpretações, e porque não dizer de práticas que emergem neste momento. Esta pluralidade permite as inúmeras articulações,

com vistas a conformação de diversos projetos. Há que se observar ainda, que não se trata aqui de posições cristalizadas, ao contrário o seu caráter fragmentado e por vezes descontínuos, reflete justamente a dinâmica da sociedade e do momento em que se inserem. Esta relação é que permite a conformação de alianças políticas, e porque não dizer de mudanças de posições.

Assim, a novidade não reside na simples explosão de movimentos grevistas, mas no jeito novo de fazê-lo, seja aproveitando uma estrutura sindical herdada, seja na criatividade e na capacidade de propor formas alternativas de organização, por fora ou mesmo contra a estrutura sindical. Aqui a presença de diferentes tendências sem dúvida influenciaram o debate. O processo de ruptura por que passava os ideais da esquerda colocava a necessidade de revisão de posturas abrindo campo para novas práticas até então encaradas com ressalvas ou até mesmo com repulsa.

Nesse sentido é que procurei entender que a dinâmica impressa nessas articulações, tem uma relação direta com o movimento concreto, com as questões e as necessidades colocadas por este. O entendimento pode ser facilitado se considerarmos que tais questões traziam consigo uma necessidade sempre crescente de uma revisão da política e de como fazê-la, retirando-a dos seus marcos tradicionais, o que permitia um maior engajamento de um maior número de sujeitos.

Se de um lado isto representava a pujança do movimento que no seu acontecer rompia pouco a pouco as amarras das estruturas, de outro há que se reconhecer que isto gerou uma certa “indefinição” no campo das oposições no sentido de formular um projeto político seja para o movimento, seja para a sociedade. Esta “indefinição”, que de maneira alguma significou paralisia do movimento, permitiu, uma rápida reciclagem dos setores conservadores, no sentido de apropriação “bandeiras de lutas” emergentes, com objetivo de manter intacta a estrutura sindical e manter sobre seu controle o próprio movimento. Nesse sentido a aliança com os setores mais ortodoxos da esquerda - que na sua avaliação política achava possível e necessária uma convivência em nome de “um projeto mais amplo”- facilitou sobremaneira essa tarefa.

É nesse contexto que se pode entender o embate em torno da construção de uma Central Única dos Trabalhadores. A retomada do movimento operário/ sindical no final da década de 70, acalentou o sonho da reedição de um “Novo

CGT". A dinâmica do movimento, entretanto, evidenciou caminhos diferenciados. A formação inicial da Unidade Sindical, restrita às direções sindicais, e a consequente exclusão das oposições, abriu caminho para que estas buscassem articulações onde fosse possível uma ampliação do leque de alternativas que ultrapassassem os estreitos limites da legislação.

Assim, a tentativa inicial de um fórum de oposições através do ENOS, passando pelo ENTOES, representou, a meu ver, mais que uma simples rebeldia contra as direções encasteladas no aparelho sindical, trouxe a tona a necessidade de uma ampliação de forças no campo popular na formulação de um projeto de organização que pudesse de fato fazer valer os interesses dos trabalhadores. Isto só foi possível a partir da forte manifestação de diversos movimentos populares principalmente no que se refere ao apoio aos movimentos grevistas. Desse ponto de vista a greve dos metalúrgicos do ABC de 1980 foi significativa, não só porque evidenciou os limites da chamada "abertura" política, mas também porque representou um "divisor de águas" no que diz respeito ao papel dos trabalhadores e de suas lutas no cenário político.

Nesse aspecto, a fundação de um partido dos trabalhadores, cuja proposta de organização "subvertia" o processo idealizado de uma "reforma partidária" pensada para acomodar os diversos setores conservadores, teve um papel importantíssimo. Nascida a partir da necessidade de se criar um canal de expressão das demandas populares, a discussão sobre o Partido dos Trabalhadores, aglutinou os setores mais representativos do movimento sindical e popular, e ganhou um espectro amplo, democrático congregando diferentes posições na perspectiva de formular um projeto de um novo modelo de sociedade, constituindo-se assim num curto espaço de tempo na grande "novidade" política, do chamado período de "transição".

Considero que o empenho na viabilização da proposta acabou por constituir um fórum de discussão até então pouco inusitado, um espaço onde pudessem se encontrar o movimento sindical combativo e os diversos movimentos populares, que passou a denominar-se Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical). Aqui os setores católicos, tiveram papel fundamental, na medida promoveram a aproximação sólida entre as chamadas "oposições sindicais" e as diretorias denominadas "combativas"

No entanto, pode-se dizer também, que a proposta inicial de

formulação de uma central que não fosse exclusivamente sindical, mas que que congregasse no seu interior também os movimentos populares foi abandonada no meio do caminho, com o triunfo de uma concepção no interior das oposições hegemônica pelo chamado sindicalismo “autêntico”, vale dizer aquele identificado com o sindicalismo praticado no ABC Paulista. Em meio a este debate sobre o perfil da central a ser criada, o surgimento do Partido dos Trabalhadores direcionou o debate sobre o papel das organizações populares na construção da democracia e da necessidade de um canal específico de participação.

Há que se reconhecer, contudo, que as discussões no interior da Anampos, trouxeram para o debate importantes questões, que constituíam-se até então “verdadeiros tabus” para a esquerda. Algumas merecem destaque, porque contribuíram para romper determinadas “amarras”, como por exemplo, a relação entre partido e movimento, cuja “tradição” apontava sempre na direção do atrelamento deste último aos desígnios partidários. A tentativa aqui era uma inversão de sinal. Além disso o reconhecimento do caráter classista seja do movimento sindical, seja do movimento popular, quebrava a hierarquia rígida da organização, ou do simples do cumprimento de um “simples papel tático” desta, valorizando com isso as diversas experiências, por “menores” que fossem como um processo de aprendizado político.

Por outro lado, a prioridade para a organização partidária, estabelecida por estes setores, acabou por adiar a discussão sobre uma central. Aqui há que se observar que dentro de um processo de ruptura, pugnava-se apenas por uma “CUT pela Base”, rejeitando dessa forma os modelos tradicionais de organização, sem definir seu conteúdo e sua forma, numa perspectiva clara de que esta não se constituía uma questão fundamental para aquele momento, pelo menos para estes setores.

Essa indefinição no campo das oposições, contudo, acaba por fortalecer as ações dos partidários da Unidade Sindical, que mediante as disputas, desencadeiam um conjunto de medidas com vistas ao seu próprio fortalecimento enquanto articulação política no movimento, bem como no seu aparato de intervenção.

Esta situação pode ser percebida claramente no processo que desencadeou a convocação da CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadora) desde a sua preparação, até o debate que se travou a cerca do papel a ser exercido por este evento no cenário político mais amplo. Deve-se considerar aqui que a recessão econômica, com o desemprego sempre crescente, os

constantes “pacotes” do governo, como por exemplo a tentativa de “reforma da previdência”, propiciou um forte discurso em torno da necessidade de unidade dos trabalhadores, o que não significou, contudo, uma unidade de ação. Ao contrário as divergências políticas se aprofundaram, principalmente no que se referia às formas de enfrentamento, o que pode ser percebido nas diferentes estratégias formuladas pelas diversas tendências atuantes, que buscavam com isso discutir a unificação do movimento e a consolidação de um projeto que apontasse para uma Central Única dos Trabalhadores. Percebeu-se que tais estratégias traziam na sua implementação perspectivas diferentes.

De um lado a Unidade Sindical, formulando através dos sindicatos um programa mínimo contendo as reivindicações dos trabalhadores a serem apresentadas ao conjunto da sociedade como contribuição a um programa amplo que visava a superação do regime militar, através de um processo de negociação que envolvesse amplos espectros da sociedade brasileira. Daí decorria seu projeto de unificação através de uma central única, que seria construída a partir das entidades já existentes, a saber os sindicatos, as federações e as confederações. Este organismo seria, portanto, o representante máximo dos trabalhadores, constituindo-se pois numa instituição capaz de levar adiante o processo de negociação como interlocutor válido junto ao governo e ao empresariado.

De outro, os setores aglutinados na Anampos que visualizaram a conferência como um momento de unificar as várias lutas dos trabalhadores, cuja expressão maior seria uma greve geral, baseada em reivindicações comuns. O processo de unificação dar-se-ia, portanto, através da participação de todos os trabalhadores e não apenas das entidades. Nesse sentido a central única seria um movimento, ou seja a expressão do movimento real dos trabalhadores calcada na sua autonomia de organização e reivindicação através de um enfrentamento direto com a política vigente.

Na verdade, nenhuma das tendências teve força política suficiente para levar a cabo seu projeto de central única na conferência. Não obstante as resoluções aprovadas, pode se dizer que tais projetos permaneceram no meio do caminho ou seja a disputa foi adiada e transferida para o interior do próprio movimento.

Os resultados da conferência, levariam a uma nova configuração de forças, definindo-se uma nova política de alianças. O esforço do setor aglutinado na Unidade Sindical caminha no sentido de congregar para o seu projeto antigos “dirigentes

sindicais”, velhos personagens agora “reciclados” com um discurso “democrático” e de “oposição” ao regime. Ao mesmo tempo buscava “frear” movimentos de reivindicação, sob o argumento do perigo de recrudescimento da repressão e o conseqüente aborto do processo eleitoral marcado para 1982. Esta tática visava dar “confiabilidade” ao processo e desqualificar os setores combativos, tentando isolá-los nos segmentos de sua influência.

Explica-se assim o adiamento do congresso, as constantes “manobras” políticas para evitar que o processo saísse do seu controle, numa clara aposta de que o processo eleitoral de 1982, seria suficiente para acomodar um processo de “transição” negociada. Há que se reconhecer, que a euforia da eleições, aliada a uma brutal recessão econômica, de alguma forma provocou um “refluxo” no movimento, o que aparentava a validade das teses defendidas pela reforma.

Há que se dizer também, que da euforia à descrença e ao desencanto o espaço é muito pequeno. Se nas eleições de 1982, a grande maioria da sociedade votou na oposição, acreditando em medidas que pudessem minimizar o sofrimento e a miséria de milhões de trabalhadores, essa mesma sociedade, especialmente os trabalhadores organizados, diante da incapacidade dos governantes eleitos em implementá-las, colocam-se rapidamente em movimento, desfazendo as ilusões daqueles que imaginavam poder manter sob rígido controle as experiências que mostravam que a luta pela democracia não se resumia ao direito de voto, mas fundamentavam-se sobretudo na conquista de melhores condições de vida e o direito pleno de participação.

Acrescente-se a isto o fraco desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores, o que desfez rapidamente o “ideal de amadurecimento político” dos trabalhadores, expresso inclusive na própria propaganda eleitoral do partido naquele momento. O processo pareceu revelar o “paradoxo” de que “trabalhador não vota em trabalhador”, mas ao mesmo tempo, esses mesmos trabalhadores seguiam sua trajetória de luta.

De uma maneira “surpreendente” para alguns, espalham-se pelo país manifestações, greves, “saques”, quebra-quebras, alimentando assim a retomada de um movimento de enfrentamento. Pode-se dizer que esta retomada levou a fundação da CUT em 1983.

A incapacidade de um “processo negociado” de dar respostas, permitiu a recuperação de propostas até então “congeladas” ou mesmo “abortadas” na discussão da constituição de um organismo que expressasse as diferentes lutas dos trabalhadores.

Essa expressão não viria senão pela unidade de ação, sob bandeiras e reivindicações comuns, que dissessem respeito às dificuldades e anseios vividos pela maioria dos trabalhadores. Nesse sentido a proposta de uma greve geral, como manifestação “máxima” de protesto, teve papel importante. Em primeiro lugar, porque representou mais uma vez, um confronto de posições entre aqueles que defendiam um “voto de confiança” no processo de transição, fortalecido agora com a eleição de “governos de oposição” e aqueles que pugnavam pela autonomia de organização e independência dos trabalhadores.

Na verdade a proposta de uma manifestação generalizada vinha sendo acalentada desde a Conclat, quando numa manobra bem sucedida de “setores reformistas” fora transformada num “simples dia Nacional de Protesto”, ocasião em que se tentou um processo de negociação com o governo. A diferença é que apareceria agora no rastro de uma mobilização crescente, por fora dos trâmites burocráticos que vinham se transformando as reuniões de cúpula. Assim a manifestação, através de uma greve geral impulsionou a ruptura definitiva, e fortaleceu o ideal de uma CUT capaz de expressar a capacidade de luta do conjunto dos trabalhadores.

A manutenção do congresso para 1983, e a fundação da CUT, representou um desafio não só a estrutura sindical e a legislação trabalhista, mas um desafio político de grande monta, o seu fracasso representaria o fracasso de um movimento que através da sua ousadia rompeu amarras e colocou os trabalhadores no primeiro plano do cenário político. A “divisão” não foi causada pelas divergências em torno do regimento do congresso, esse apareceu apenas como pretexto. O que estava em jogo era uma política de conciliação, que por isso tentava ocultar as diferenças, e uma política que não transigia no direito de organização, autonomia e independência.

Assim pode-se dizer que a CUT foi fruto de um momento rico de tensões, propostas, embates, aprendizado e de luta como tentou expressar a sua declaração de princípios: “A CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Este organismo deve ser representativo, democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos.”

Notas

^{*} Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas na tese de Doutorado em História "O Movimento Operário e a Construção da Central Única dos Trabalhadores: Disputas e Concepções 1977-1983" apresentada no Programa de Estudos Pós Graduated em História da PUC- S.P.

¹ CHAUÍ, Marilena. "A História se Faz Com as Massas Organizadas, Será?" In: Seminário **Cultura e Sindicato**, Belo Horizonte, 1995, mimeo.

² PAOLI, Maria Célia. "Movimentos Sociais no Brasil: Em Busca de Um Estatuto Político". In: HELLMANN, Michaela (Org.) . **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil : "Sem a gente não tem jeito"**, Marco Zero, S.P., 1995.

³ ALMEIDA, M.H.T. "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança". In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M.H.T. (Orgs.) **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**, São Paulo, Brasiliense, 1a. ed., 1983.

⁴ NORONHA, Eduardo. "A Explosão das Greves na Década de 80" In: Boito, Armando. (Org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**, RJ, Paz e Terra, 1991.

⁵ FREDERICO, Celso. **A Esquerda e o Movimento Operário**, 3 volumes, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

⁶ ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho- o Confronto operário no ABC Paulista, as greves de 1978/1980**, Editora da UNICAMP, 2a. ed., 1992.

⁷ MOISÉS, José Alvaro. **O Ciclo de Greves no Final dos anos 70**, S. Paulo, CEDEC, 1979.

⁸ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**, RJ, Paz e Terra, 2a. ed., 1991.

⁹ RODRIGUES, Iram J. **Trabalhadores, Sindicalismo e democracia: A Trajetória da CUT**, Tese de Doutorado, S.P., USP, 1993, mimeo.

¹⁰ CASTRO, Maria Silvia Portella e . "O Sindicalismo na Construção da Democracia Brasileira: A Experiência e Perspectivas da CUT". In: HELLMANN, Michaela (Org.) Op. Cit.

¹¹ RODRIGUES, Leoncio Martins. "As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais". In: BOITO, Armando. Op. Cit.

¹² CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do Movimento Operário**, S.P., Brasiliense, 1985.

